

A INFORMAÇÃO ESCRITA: DO MANUSCRITO AO TEXTO VIRTUAL

RITA DE C. R. DE QUEIROZ*
rcrqueiroz@uol.com.br

Resumo: A escrita representa o armazenamento de informações, permitindo a comunicação através do tempo e do espaço. A sua difusão está relacionada, essencialmente, à evolução da memória. As grandes civilizações, como as da Mesopotâmia, do Egito, da China e da América pré-colombiana usaram a memória escrita como símbolo de progresso evolutivo. A escrita está na fonte de todo progresso humano. Há cerca de vinte mil anos o homem exprime o seu pensamento através de meios gráficos, e há mais ou menos seis mil anos que conhece as formas de escrita. Desde então a palavra escrita só conheceu sucessos e a sua história está voltada para uma expansão cada vez maior. Entretanto, atualmente a palavra escrita vive momentos de crise e há quem profetize o desaparecimento do livro. Essa crise pela qual passa a palavra escrita nada mais é do que a substituição de uma forma de cultura, em declínio, por uma outra forma emergente. Trata-se da mudança da página para a tela do computador. O computador passa a ser o que é o livro: transmissor de conhecimentos. Mas, o computador seria só isso? Não, o computador pode afetar o livro de duas maneiras distintas: a primeira – sem graves conseqüências, é a simples reprodução de livros impressos no meio eletrônico e apresentados na tela; a segunda – com graves conseqüências, é a total liberdade para modificar, de forma radical, o texto, transformando-o em hipertexto. A possibilidade do fim do livro pela presença do computador causou um trauma cultural. No entanto, é preciso entender esse fim como a transformação do livro na dispersão multilinear do hipertexto. Entendendo-se documentação escrita como patrimônio, mostrar-se-á como a informação escrita, registrada no passado em vários tipos de suporte, tais como: pedra, madeira, papiro, pergaminho; evoluiu, chegando ao ambiente digital.

Palavras-chave: Escrita; Memória; Livro Manuscrito; Texto Virtual; Hipertexto.

* Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (USP), Universidade Estadual de Feira de Santana.

1 A INFORMAÇÃO ESCRITA

“Sempre que os homens sentiram a necessidade de conservar os instantes que a história comporta, a escrita se fez lei. Em todos os tempos, o homem que soube escrever foi rei.” (JEAN, 1998, contra capa)

A escrita é a contrapartida gráfica do discurso, é a fixação da linguagem falada numa forma permanente ou semipermanente. Por meio da escrita, a linguagem pode transcender as condições ordinárias de tempo e lugar. Para Bottéro, “(...) a mensagem escrita tem a condição de dar impulso a uma série de ondas concêntricas de reflexão, ampliadas e aprofundadas sucessivamente”. (1995, p. 22)

A escrita é ao mesmo tempo das coisas mais universais e mais inapreensíveis. Sem a escrita, a cultura, definida como uma “inteligência transmissível”, não existiria (talvez existisse de forma rudimentar que mal se poderia reconhecer). A lei, a religião, o comércio, a poesia, a filosofia e a história – todas as atividades que dependem de certo grau de permanência e de transmissão – seriam, se não impossíveis, bastante restritas. Mesmo tendo-se ampliado as possibilidades de transmissão oral há um ou dois séculos atrás, esta ainda está circunscrita a estreitos limites se comparada com os mundos abertos pelo uso da escrita.

Os efeitos da escrita sobre as mudanças intelectuais e sociais não são de fácil compreensão... É enganoso pensar a escrita em termos de suas conseqüências. O que realmente importa é aquilo que as pessoas fazem com ela, e não o que ela faz com as pessoas. A escrita não produz uma nova maneira de pensar, mas a posse de um registro escrito pode permitir que se faça algo antes impossível: reavaliar, estudar, reinterpretar e assim por diante. De maneira similar, a escrita não provoca a mudança social, a modernização ou a industrialização. Mas ser capaz de ler e escrever pode ser crucial para o desempenho de certos papéis na sociedade industrial, também podendo ser completamente irrelevante para o desempenho de outros papéis em uma sociedade tradicional. A escrita é importante em termos da realização do que possibilita às pessoas: o alcance daquilo que objetivam ou a produção de novos objetivos. (OLSON, HILDYARD, TORRANCE, 1985, p. 14).

A importância da escrita não resulta apenas de uma retrospectiva de eruditos. Os povos antigos tinham tal consideração e respeito pela escrita que a sua invenção foi atribuída às divindades ou aos heróis lendários. Os antigos egípcios atribuíam-na alternadamente a *Tot* e *Ísis*; os babilônios, a *Nebo*, filho de *Marduk*, que era o deus do destino; os gregos, a *Hermes* e

a outros deuses do Olimpo. Uma antiga tradição judaica considerava *Moisés* o criador da escrita hebraica. E muitos outros povos, incluindo os chineses, os indianos e os habitantes pré-colombianos do México e da América Central, também acreditavam na origem divina da escrita. Porém, a escrita é uma arte tão útil e poderosa que não podemos apenas chamá-la de “instrumento”, pois assim estamos lhe diminuindo o valor que realmente tem.

A escrita pressupõe a existência da linguagem falada. O discurso oral consiste na presença da boca que fala e dos ouvidos que ouvem, simultaneamente no tempo e no espaço. A sua duração é fugaz, não pode ser retido com facilidade. O discurso escrito transcende o espaço e a duração. Por si mesmo, pode ser difundido, em sua totalidade, em todos os tempos e em todos os lugares, dispensando a presença de quem o fez e, conseqüentemente, suprimindo a dependência de quem o recebe.

A humanidade viveu durante um longo período sem qualquer espécie de escrita, e não há dúvida que a linguagem articulada já era usada nesse tempo. Ao longo de milênios, as línguas desenvolveram-se, modificaram-se e desapareceram, e não deixaram atrás de si nem sequer um fragmento ou um vestígio para que os estudiosos pudessem reconstruí-las.

A escrita teve origem num passado relativamente recente, se o compararmos com os muitos milhares de anos pelos quais se estende o progresso intelectual da humanidade. Esta não se utilizou qualquer “sistema completo” de escrita antes dos meados do século IV a. C. Porém, foram encontradas pinturas nas cavernas e gravações em pequenos objetos que datam do Paleolítico superior (20.000 anos ou mais a. C.), assim como círculos e outros símbolos, variados e distintos. Contudo, não são nem formas absolutas de escrita (isto é, vigente e sistemática) nem é possível relacioná-las de modo algum com os primitivos sistemas hoje conhecidos.



Fig. 1: Caverna de Altamira – Espanha – Inscrição rupestre datada de aproximadamente 14.000 anos

Todas as formas de inscrição gráfica, rudimentares ou eruditas, têm as suas raízes na necessidade humana de “comunicar” e “expressar”.

Contudo, a escrita é mais que um instrumento. Mesmo emudecendo a palavra, ela não apenas a guarda, ela realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade. Os mais simples traços desenhados pelo homem em pedra ou papel não são apenas um meio, eles também encerram e ressuscitam a todo momento o pensamento humano. Para além de modo de imobilização da linguagem, a escrita é uma nova linguagem, muda certamente, mas, segundo a expressão de L. Febvre, “centuplicada”, que disciplina o pensamento e, ao transcrevê-lo, o organiza. (HIGOUNET, 2003, p. 9-10)

1.1 O MAIS ANTIGO SISTEMA DE ESCRITA

O cuneiforme (do latim *cuneus* “cunha”, e *forma* “forma”) é o sistema mais antigo de escrita até hoje conhecido. Desde a sua decifração no século XIX, tem sido submetido a profundo estudo e especulação, mas a sua origem permanece ainda obscura.

Cerca de meados do quarto milênio a.C., um povo de que não se sabe nem a etnia nem a ascendência lingüística, conhecido por “Sumérios”, invadiu a parte sul da Mesopotâmia e conquistou essa região aos seus habitantes primitivos. A partir dos últimos séculos do quarto milênio, os sumérios foram durante 1500 anos o grupo cultural dominante no Oriente Médio, cultivando uma literatura bastante evoluída e deixando como recordação arquivos e documentos de um vasto e complexo sistema jurídico, administrativo, comercial e religioso.

A certa altura, durante os primeiros 500 anos da sua ocupação, os sumérios começaram a usar a escrita, que se desenvolveu depois em cuneiforme. Não se sabe se foram eles realmente que a inventaram; é possível que a sua origem pertença ao antigo povo semita que ali habitou ou ainda que tenha sido trazida para a Mesopotâmia de qualquer outra região.



Fig. 2: Tábua de argila procedente de Ur – com datação entre 2900-2600 a. C.

1.2 A ESCRITA EGÍPCIA

A escrita egípcia hieroglífica foi, juntamente com a cuneiforme, uma das mais importantes do Oriente Próximo antigo. O termo “hieroglífico” é uma transcrição parcial do grego *hieroglyphikà grámmata*, derivado de *hierós*, “sagrado”, *glypheîn*, “esculpir”, e *grámmata*, “letras”: literalmente “letras sagradas esculpidas”. Esta designação fundamentou-se na idéia grega de que a escrita hieroglífica tivesse sido aplicada principalmente com fins religiosos: em inscrições monumentais, nas paredes dos templos, dos túmulos, dos monumentos sagrados, etc. Contudo, isto representava em parte um erro, pois essa escrita foi utilizada para “pintar” inscrições na madeira, na louça de barro e em outros materiais, além da pedra e para documentos “escritos” em papiro.



Fig. 3: Papiro datado aproximadamente de 1800 a. C.

No entanto, há um fundo de verdade na aceção grega, pois os caracteres hieroglíficos constituíram uma escrita monumental por excelência, sendo apenas igualados pelas maiúsculas romanas. A sua norma residia na função religiosa, e mesmo os antigos egípcios, que lhe chamavam *mdw-ntr*, “fala dos deuses”, exprimiam deste modo a permanente convicção da sua feição sagrada.



Fig. 4: Hieróglifo datado de 3.100 a.C

As mais antigas inscrições hieroglíficas egípcias ainda existentes datam do começo do terceiro milênio a.C. Este tipo de escrita atingiu o máximo grau de desenvolvimento durante a primeira dinastia egípcia, que começou por volta do século XXX ou XXIX a. C.

1.3 A ESCRITA ALFABÉTICA

Pode-se definir o alfabeto como um sistema de sinais que exprimem os sons elementares da linguagem. A palavra alfabeto vem do latim *alphabetum*, que por sua vez é composta pelo nome das duas primeiras letras do alfabeto grego: *alpha* e *beta*, já emprestadas das línguas semíticas.

Os povos antigos não conheceram, durante muitos séculos, uma forma precisa para registrar por escrito as palavras faladas. Assim, existiram diversos sistemas de escrita, quase todos baseados na ideografia, ou seja, na representação das idéias por meio de pinturas ou desenhos. A escrita cuneiforme e a escrita hieroglífica representam o desenvolvimento desses sistemas de escrita, culminando no uso de sinais com valor fonético. Depois de algumas descobertas, surgiu gradualmente o quadro de uma forma prototípica de escrita alfabética, a norte-semítica, formada por vinte e dois símbolos escritos uniformemente da direita para a esquerda: uma escrita consonântica, agora tida como o antepassado direto das escritas hebraica, moabita, fenícia, aramaica e grega, e que teve a sua existência definitiva nos últimos séculos do segundo milênio a. C.

No fim do segundo milênio a. C., três regiões conquistaram uma grande importância: Israel, Fenícia e Aram. O fortalecimento dessas regiões, ajudado pela eliminação temporária do domínio estrangeiro, tal como era exercido frequentemente pelos egípcios ou pelos povos

da Mesopotâmia sobre a Síria e a Palestina, favoreceu a expansão da nova e revolucionária forma de escrita que, tanto quanto hoje se sabe, foi inventada em solo da Síria ou da Palestina. Num período relativamente reduzido, o alfabeto semítico do Norte começou a ramificar-se em várias regiões tanto no “solo pátrio” como no estrangeiro. Não se pode datar com precisão o aparecimento do alfabeto. Datam de 1900 a. C. dezesseis textos escritos em língua semítica encontrados em Serabit-el-Khaden, na península do Sinai. Nesses textos foram reconhecidos vinte e sete sinais diferentes nitidamente alfabéticos.

Ao ser adotado e adaptado pelos gregos, o alfabeto fenício tornou-se o progenitor direto de todas as escritas alfabéticas ocidentais. Por direito próprio, foi um auxiliar importante – talvez vital, de um sistema comercial que se estendeu desde a costa da Palestina até ao estreito de Gibraltar e que vigorou por mais de mil anos. O alfabeto fenício adotado pelos gregos no início dos anos 900 a. C. tomou feição própria no século IV a. C., com a forma definitiva do alfabeto jônico, composto por 24 letras e até hoje utilizado. Os alfabetos europeus se originaram do alfabeto fenício. O alfabeto latino, derivado do grego, possuía apenas 16 letras. Só mais tarde foram adotadas as letras g, h, j, k, q, v, x e y.

Na história da escrita alfabética do Ocidente, como em muitos outros aspectos, os gregos representaram papel de capital importância. A escrita por eles adaptada dos semitas foi a origem direta ou indireta de todas as escritas alfabéticas usadas na Europa de hoje; e, embora tenha sido mais uma adaptação do que uma invenção, aperfeiçoaram-na em tal grau que foi, durante três mil anos, apenas com ligeiras modificações, um veículo incomparável de expressão e comunicação de homens das mais diversas línguas e nacionalidades.

A α	alfa	N ν	ni
B β β	beta	Ξ ξ	csi
Γ γ	gama	Ο ο	ômicron
Δ δ	delta	Π π	pi
E ε	épsilon	Ρ ρ	rô
Z ζ	dzeta	Σ σ ς Ϸ	sigma
H η	eta	Τ τ	tau
Θ θ ϑ	teta	Υ υ	ípsilon
I ι	iota	Φ φ	fi
K κ	capa	Χ χ	qui
Λ λ	lambda	Ψ ψ	psi
M μ	mi	Ω Ω ω	ômega

Fig. 5: Alfabeto grego utilizado atualmente

2 ESCRITA E MEMÓRIA

O aparecimento e a difusão da escrita estão essencialmente relacionados à evolução da memória. As grandes civilizações, como as da Mesopotâmia, do Egito, da China e da América pré-colombiana usaram a memória escrita como símbolo de progresso evolutivo.

Para Le Goff (1996), com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva foi profundamente transformada. A passagem da memória oral à memória escrita é de difícil compreensão. Como exemplo há o que ocorria na Grécia antiga, onde havia a figura do *mnemon*, que era a pessoa encarregada de guardar a lembrança do passado em vista de uma decisão judicial. *Mnemosyne*, que representa a memória em grego, era a deusa mãe das musas e das divindades responsáveis pela memória e inspiradoras da imaginação criativa dos artistas e dos poetas. O *mnemon* servia também ao herói, acompanhando-o e lembrando-o, sem cessar, uma ordem divina cujo esquecimento poderia trazer a morte. O *mnemon* foi utilizado como magistrado, com a incumbência de conservar na memória o que fosse útil em matéria religiosa e jurídica. Os *mnemones*, as “memórias vivas”, transformaram-se em arquivistas com o desenvolvimento da escrita.

A memória aparece então como um dom para iniciados e a *anamnesis*, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística. Também a memória joga um papel de primeiro plano nas doutrinas órficas e pitagóricas. Ela é o antídoto do Esquecimento. No inferno órfico, o morto deve evitar beber no Letes, mas, pelo contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade. (LE GOFF, 1996, p. 438)

3 O MUNDO NO PAPEL

Todas as ações do homem estão postas no papel: sua literatura, sua ciência, seu direito, sua religião, etc. Tudo isso se constitui em artefatos da escrita. O homem, suas idéias e seu mundo são vistos através desses artefatos. Para Olson (1997, p. 10):

O tema da escrita tem a ver com as propriedades especiais e peculiares desses artefatos, com esse mundo de papel, com sua força e suas limitações, com seus usos e abusos, com sua história e mitologia; e tem a ver com os tipos de competência e com as modalidades de pensamento e percepção que intervêm na abordagem e na exploração desse mundo de papel.

A escrita está intimamente relacionada a esses artefatos, ou seja, ao mundo de papel – com toda sua força e suas limitações. O domínio da escrita é útil e importante e há quem afirme e sustente que esse domínio, tal como a circuncisão, o batismo ou a formação em escola privada, representa o acesso a uma elite privilegiada; havendo também quem garanta que, além de útil e importante, o domínio da escrita contribui para o desenvolvimento da racionalidade e da consciência.

Atualmente, todo evento significativo prescinde de uma documentação escrita: contratos são selados através de uma assinatura escrita; as mercadorias nos supermercados estão dispostas conforme o que está escrito; os nomes das ruas e dos destinos dos ônibus vêm escritos; as placas informativas em estações ferroviárias e rodoviárias e nos aeroportos; as lápides nas sepulturas, etc. – tudo isso apresentado a partir de um texto escrito. Todas as atividades complexas são registradas através da escrita, seja em livros de receitas culinárias, seja em manuais de aparelhos eletroeletrônicos, seja em livros que ditam a moda. Os créditos que são atribuídos a uma invenção ou a uma realização científica dependem do seu registro escrito.

A escrita está na fonte de todo progresso humano. Para Diderot:

(...) sem escrita, privilégio do homem, cada indivíduo, reduzido à sua própria experiência, seria forçado a recomençar a carreira que o seu antecessor teria percorrido, e a história dos conhecimentos do homem seria quase a da ciência da humanidade. (*apud* MARTINS, 1996, p. 70)

3.1 DOS COPISTAS AOS IMPRESSORES

A língua latina, difundida no mundo ocidental pelos romanos, adotou o alfabeto grego. Desde então, esta foi a língua que traduziu toda a cultura herdada dos antepassados. Desse modo, durante séculos, em toda a Europa romanizada, ou seja, colonizada pelos romanos, só se escreveu em latim. Com o advento do cristianismo, esta língua seguiu sendo aquela na qual, além de se escrever, se copiou, i. e., tudo foi traduzido para o latim. As línguas românicas, aquelas originadas da fragmentação da língua latina, começam a ser registradas através da escrita apenas no século IX d. C.

3.1.1 A Transmissão da Informação

Com o fim do império romano do ocidente, no século VI d. C., desaparecem os sistemas de transmissão da cultura do mundo antigo. No entanto, essa tarefa é assumida por uma nova instituição, vinda do Oriente e fortemente enraizada no Ocidente – a ordem monástica. Os monastérios concentram, a partir daí, as tarefas de ensino e de escrita, produzindo textos de uso tanto para a liturgia quanto para as leituras sagradas. Entre os laicos, poucos dominavam a escrita. Os monges copistas não eram criativos e nem poderosos, limitavam-se somente a escrever. Os antigos escribas, ou copistas, que copiaram os textos bíblicos, o fizeram sobre rolos de papiro. Em latim chamava-se *volumen*. Contudo, este tipo de suporte – o papiro, apresentava muitos inconvenientes, pois era caro, frágil e somente utilizado por um lado; além disso, era difícil de ser consultado e de ser manejado. Surge então um novo suporte – o pergaminho, que era feito, em geral, de peles de cordeiro, vitela, cabra e, às vezes, gazela, antílope ou avestruz. O termo pergaminho deriva do grego *pergamene*, que significa “pele de Pérgamo”. A utilização do pergaminho fez-se devido à praticidade de se poder dobrá-lo e costurá-lo, o que levou à generalização dos *codex*, ancestrais dos livros atuais.

3.1.2 O Surgimento dos Manuscritos

Sendo os mosteiros e abadias locais responsáveis pela escrita dos *codex*, cada um deles possuía seu próprio *scriptorium*, onde os manuscritos, ou seja, os livros escritos à mão, eram copiados, decorados e encadernados. Cada copista dispunha de um assento e de uma mesa, onde escreviam, em média, uns quatro fólios por dia, sendo que cada fólio equivale a uma folha medindo entre 35 a 50cm de altura e 25 a 30cm de largura. O lento trabalho do copista só era interrompido nos momentos de oração.



Fig. 6: *Scriptorium* medieval

Observam-se, nos manuscritos, as faltas e as mudanças ortográficas, o que leva à conclusão de que os copistas trabalhavam pelo método do ditado e que faziam várias cópias ao mesmo tempo de uma mesma obra.

Apesar do zelo assim despendido pelos monges copistas, eram freqüentes os erros cometidos na cópia ou no ditado (quando se desejava obter várias cópias simultâneas, um monge ditava a vários copistas o texto original). (MARTINS, 1996, p. 99).

Até finais do século XII a edição de livros se fazia por iniciativa de nobres e clérigos: editavam-se missais e manuais de teologia para estes e obras de luxo para aqueles. A partir desse período, os copistas laicos que colaboravam com os monges se organizaram em escritórios e associações e passaram a redigir, além de livros, os documentos oficiais da nova classe: a burguesia comercial.

3.1.3 O Surgimento da Imprensa

Desde o século XI que os chineses já conheciam os caracteres móveis. A imprensa foi, a princípio, mais um prolongamento da escrita manual. Os impressores rivalizavam com os copistas. Para Chartier (1999, p. 7-8):

(...) um livro manuscrito (sobretudo nos seus últimos séculos, XIV e XV) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais – as do *codex*. Tanto um como o outro são objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão dos cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. A distribuição do texto na superfície da página, os instrumentos que lhe permitem as identificações (paginação, numerações), os índices e os sumários: tudo isto já existe desde a época do manuscrito. Isso é herdado por Gutenberg e, depois dele, pelo livro moderno.

A imprensa, ou seja, a técnica baseada no uso dos tipos móveis e na prensa, provoca uma revolução. Até a metade da década de 1450 só era possível reproduzir um texto copiando-o à mão. Com a imprensa, reduz-se o tempo de reprodução do texto, diminuindo também o custo do livro. Gutenberg foi o primeiro a mecanizar os procedimentos de impressão.



Fig. 7: 1º livro impresso por Gutenberg: a Bíblia

3.1.4 Os Inventos que Mudaram a História da Escrita

Até 1783, conheciam-se ainda as prensas manuais, que não haviam mudado quase nada desde os tempos de Gutenberg. Seu rendimento não superava as trezentas folhas ao dia. Nesta introduziram uma platina de ferro e uma prancha de cobre, o que permitiu a impressão de formatos de grande tamanho. Em 1819 já havia uma prensa que fazia a impressão de prancha contra cilindro. Em 1846, na Filadélfia, havia uma prensa moderna capaz de tirar 95000 exemplares por hora.

A composição do texto se fazia, desde Gutenberg, letra a letra. Assim, a composição de um texto se fazia a uma velocidade de 1200 a 1500 signos. Em 1872, com o surgimento da linotipia, passou-se a 6000 – 9000 signos por hora. Só a fotocomposição alterou isso, em meados do século XX. Consta-se, assim, que: “Cinco séculos depois, Gutenberg (...) ficaria surpreso ao ver que o volume de impressão dos jornais, das revistas e dos impressos comerciais é muito superior ao dos livros”. (*apud* JEAN, 1998, p. 107).

4 DO LIVRO AO COMPUTADOR

Do *volumem* ao *codex*, do livro manuscrito ao livro impresso, este ganhou conotações diversas. Com a invenção da tipografia, realizada por Gutenberg no século XV, a circulação do livro ganhou outros limites, saindo do uso restrito de determinados círculos. O livro é uma instituição que a cultura pós-Gutenberg confiou a tarefa de armazenar e fazer circular todo o conhecimento. O livro representa uma forma de socialização, instituindo, destarte, valores comunitários e econômicos e identidades grupais e individuais. O homem que lê se difere do

homem que não lê. O homem que lê se transplanta para o lugar do texto, alterando o seu ponto de vista sobre todas as coisas.

Há cerca de vinte mil anos o homem exprime o seu pensamento através de meios gráficos, e há mais ou menos seis mil anos que conhece as formas de escrita. Desde então a palavra escrita só conheceu sucessos e a sua história está voltada para uma expansão cada vez maior. Entretanto, atualmente a palavra escrita vive momentos de crise e há quem profetize o desaparecimento do livro. Essa crise pela qual passa a palavra escrita nada mais é do que a substituição de uma forma de cultura, em declínio, por uma outra forma emergente. Trata-se da mudança da página para a tela do computador. O computador passa a ser o que é o livro: transmissor de conhecimentos. Mas, o computador seria só isso? Não, o computador pode afetar o livro de duas maneiras distintas: a primeira – sem graves conseqüências – é a simples reprodução de livros impressos no meio eletrônico e apresentados na tela; a segunda – com graves conseqüências – é a total liberdade para modificar, de forma radical, o texto, transformando-o em hipertexto. A possibilidade do fim do livro pela presença do computador causou um trauma cultural. No entanto, é preciso entender esse fim como a transformação do livro na dispersão multilinear do hipertexto.

4.1 O TEXTO VIRTUAL

Nos últimos anos do século XX surge uma nova maneira das pessoas se comunicarem. As correspondências pessoais – as antigas missivas manuscritas, e os textos oficiais e comerciais – datilografados – foram substituídos pelas correspondências virtuais.

A inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antigüidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas. O fluxo seqüencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler. (CHARTIER, 1999, p. 12-13).

No entanto, o leitor da tela se assemelha ao leitor da Antigüidade. Tanto o texto em rolo quanto o texto na tela fluem diante de si. Mas, o leitor da tela é mais livre, pois o texto

eletrônico lhe permite um maior distanciamento com relação ao escrito. O mesmo ocorre com quem escreve. Não há uma relação corporal.

4.2 O HIPERTEXTO

Hipertexto refere-se a um tipo de texto eletrônico no qual a escrita não é seqüencial. Nesse tipo de texto há uma bifurcação que permite que o leitor eleja e leia através de uma tela de computador. Trata-se, na verdade, de uma série de blocos de textos interligados por nós, formando diferentes itinerários para o usuário.

Contudo, o hipertexto não é exclusivo do mundo virtual. Leonardo da Vinci já fazia anotações em seus textos, o que possibilitava ao leitor transitar por outros textos.

CONCLUSÃO

A contemporaneidade vem delineando um mundo com novos limites ou, quiçá, sem limites. Emerge daí o *Ciberespaço*, no qual a produção do conhecimento humano e a informação acontecem. Nesse novo mundo instala-se e reinstala-se uma rede viva de todas as memórias informatizadas.

A revolução provocada pela criação da imprensa, em 1450, é a mesma que ocorre com o uso dos computadores. Fala-se em morte do livro, em fim da escrita; no entanto, o que ocorre é que cada instrumento utilizado pelo homem para se comunicar atende às necessidades do seu tempo: *volumem, codex*, livros, hipertextos representam o progresso cultural da humanidade.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ-SALVINI, Béatrice ; BERTHIER, Annie ; GEOFFROY-SCHNEITER, Bérénice; ZALI, Anne. **L'ABCdaire des écritures**. Paris: Flammarion / BNF, 2000.

BOTTÉRO, Jean et al. **Cultura, pensamento e escrita**. São Paulo: Ática, 1996.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do livro: do leitor ao navegador**. 2. reimp. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial / Editora da UNESP, 1999.

_____. **La grande invention de l'écriture et son évolution**. Paris: Klincksieck, 1958.

COHEN, Marcel. **L'Écriture**. Paris: Éditions Sociales, 1953.

- DIRINGER, David. **A Escrita**. Tradução Armando Luiz. Lisboa: Verbo, 1971.
- EISENSTEIN, Elisabeth L. **A Revolução da imprensa no início da Europa moderna**. São Paulo: Ática, 1996.
- FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FÉVRIER, James G. **Histoire de l'écriture**. Paris: Payot, 1948.
- HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- JACKSON, Donald. **Histoire de l'écriture**. Paris: Denöel, 1982.
- JEAN, Georges. **La escritura: memoria de la humanidad**. Tradução Enrique Sánchez Hormigo. Barcelona: Ediciones B, S. A. , 1998.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 423-483.
- LENDO O PASSADO: Do cuneiforme ao alfabeto – a história da escrita antiga. Introdução de J. T. Hooker. São Paulo: Edusp, 1996.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. 2. ed. ilustr., rev. e atual. São Paulo: Ática, 1996.
- MOORHOUSE, A. C. **Historia del alfabeto**. Tradução Carlos Villegas. 8. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- OLSON, David R. **O mundo no papel**. São Paulo: Ática, 1996.
- OLSON, David R. ; TORRANCE, Nancy (Org.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1996.
- QUEIROZ, Rita. Manuscritos, livros e computador: o progresso cultural da humanidade. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 21 nov. 2004. Tribuna Cultural, p. 3.
- _____. Documentação manuscrita: legado cultural. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 01 ago. 2004. Tribuna Cultural, p. 2.